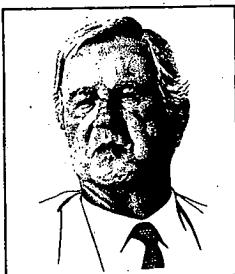


Na casa do “seu” Tomás



O mal está no uso que têm feito da liberdade os políticos e governantes

Um dos nós-pelas-costas que hoje manietam o Brasil e o obrigam a andar para trás, em vez de avançar, é o Congresso Nacional. Ou antes: é o que os nossos políticos fizeram do Congresso Nacional. De fato, desde que o sol da liberdade (em raios fulgidos) voltou a brilhar nos céus da Pátria, isto é, desde a revogação do AI-5, em 1979, muitas coisas neste país pioraram consideravelmente.

O índice de inflação, que andava um pouco abaixo da casa dos 50% ao ano, multiplicou-se por 60 ou 80 e está hoje entre os 3.000% e 4.000%. A economia estagnou. A pobreza e a miséria tomaram ares de inundação e invadem as grandes cidades: brotam nos cantos sombrios, embaixo dos viadutos e das marquises, como cogumelos tristes. A rapinagem da coisa pública cresceu até se tornar, talvez, o mais poderoso ramo do crime organizado, quase tão rentável e próspero quanto o narcotráfico colombiano.

Tão acintosa chegou a ser a roubalheira que, há um ano, a República se viu obrigada a depor seu próprio presidente. Por sua vez, os serviços essenciais — polícia, educação de base, hospitais públicos —, que já eram antes bastante ruins, tornaram-se criminosamente maus. Literalmente letais. Matam, diuturnamente, por ação e omissão. Os índices de criminalidade (assaltos, sequestros, roubos, mortes) acompanham de perto a escalada da inflação, embora, como quase tudo o mais, quase nunca a alcancem.

Em pouco mais de 10 ou 12 anos, raros países terão andado para trás com tanta determinação e competência. Até o futebol piorou. Que concluir daí? Que a liberdade é nociva ou, quando menos, inadequada ao temperamento nativo? Certamente,

não. O mal não está na liberdade, mas no uso que têm feito dela os que a administram e regulamentam entre nós: os políticos e governantes tupiniquins.

Tomemos uma instituição central como o Congresso, peça-mestra da democracia representativa e da liberdade política. Há instâncias bem conhecidas em que o Congresso não funciona, ou funciona tão mal a ponto de jogar a Nação no virtual desgoverno e na “ingovernabilidade”. Isto aconteceu

não só entre nós, em nossa pobre República, mas também em países bem mais cultos e experientes, como a França, antes de De Gaulle, ou a Itália, ainda agora.

O Parlamento é um órgão coletivo, no qual as responsabilidades (e até as vontades) individuais tendem a dissolver-se na massa dos números, no jogo das maiorias. O que lhe pode dar consistência e coerência é o peso das grandes bancadas partidárias; são os partidos políticos e as lideranças que as conduzem. Na França pré-gaullista, a divisão dos partidos, a multiplicação das bancadas, impedia a formação de maiorias estáveis e não permitiu ao país, numa hora de crise, se governar a si mesmo. A solução foi a “ditadura republicana” do general De Gaulle, a nova Constituição gaullista, ainda hoje em vigor.

Na Itália dos últimos 50 anos, o que (ao menos a princípio) evitava o esfacelamento do Parlamento e do governo era a presença de duas formidáveis igrejas opostas: a Igreja Católica, com a sua Democracia Cristã, e o comunismo, com o seu PCI. A Democracia Cristã, aliada à Máfia siciliana, barrava o caminho dos temíveis comunistas e governava a Itália. Hoje, com o fim da URSS e, pois, do medo do comunismo, essa estrutura corrupta afogou-se no seu próprio mar de lama e acabou destroçada

pela “Operação Mãos Limpas”.

Ora, pois, o traço de união entre a Itália e a França pré-gaullista era o sistema do *voto proporcional* — que copiamos deles em 1946 e continuamos ainda hoje a utilizar nas eleições para deputados. Por esse sistema, quando o eleitor vota num determinado candidato, na verdade está votando menos nele do que numa legenda partidária, pois é a soma dos votos da legenda que elege (ou não) os deputados por ela inscritos.

O objetivo do sistema é fortalecer os partidos, reforçar sua preeminência no comando e na ordenação da representação popular. O resultado prático, no entanto, conforme mostra a experiência francesa, italiana (e brasileira), acaba sendo o oposto. As legendas se subdividem e multiplicam, os grandes partidos centristas se enfraquecem. Ganham as minorias ideológicas, as agremiações fechadas e disciplinadas, chefiadas por autocratas, demagogos ou caudilhos: os comunistas (até ontem), direitistas como Le Pen, grupos nacionalistas ou separatistas. Entre nós, Brizola, o PT e os nacionais oportunistas.

Seria sem dúvida exagero atribuir apenas ao voto proporcional a culpa pelo desastroso retrocesso dos últimos 15 anos. O Brasil é presidencialista e o poder do Parlamento é, aqui, menor do que na França e na Itália parlamentaristas.



Ainda assim, é o Congresso quem faz a lei, quem autoriza e fiscaliza as despesas públicas, quem estatui os parâmetros e os limites da ação do governo. Numa fase como a atual (de exacerbação democrática), só mesmo um presidente extraordinariamente hábil e popular seria capaz de governar por cima da cabeça dos senhores deputados.

Num país como o nosso, na verdade, em geral desprovido de partidos sérios e fortes, não é difícil entender por que se iam revelar tão devastadores os habituais efeitos perversos do sistema proporcional. Sem lideranças capazes de assumir a responsabilidade pelas decisões (ou mesmo pelo voto de suas próprias bancadas), nosso Congresso, assim como a Constituinte de 88, tornou-se simples joguete nas mãos de lobbies bem montados e azeitados: UDR, CUT, usineiros e empreiteiros, bancos, Fiesp, funcionários públicos, corporações estatais...

Em outras palavras: interesses particulares ou setoriais (legítimos e ilegítimos) predominam freqüentemente sobre o interesse geral, nacional — o que é especialmente desastroso e desventurado numa hora em que, para conter e combater a inflação, é preciso fazer exatamente o oposto, isto é, subordinar a cobiça e o apetite dos grupos ao bem de todos, ao interesse da grande maioria do povo, que não dispõe de lobbies endinheirados para defendê-la.

Na casa do seu Tomás, quem grita é que manda mais. Assim tem sido o Congresso brasileiro, do Sarney para cá, e, enquanto ele continuar como está, o País continuará ingovernável e ingovernado, descendo a ladeira da inflação e da crise. Basta ver, ainda agora, esse extraordinário espetáculo de oportunismo e malandrice na convenção do PMDB. Um pouco de vergonha na cara é o que falta a esses senhores. E o pior é que, enquanto eles não arrumarem a casa deles, nós não conseguiremos arrumar a nossa.